

## Notas e informações

ECONOMIA BRASIL

## No governo, não há estúpidos

Em comentário a fato que aberrava do bom senso, Eça de Queiroz lançou uma frase que, por sua contundência, ganharia celebridade: *Ou é estupidez córneia, ou má fé clínica*. Que dizer de atos do governo que autorizam aumentos de preços para produtos da indústria de transformação sem antes fixar os preços dos insumos, e deixando para mais tarde o tabelamento dos preços ao consumidor, a serem praticados (sob as penas da Sunab) pelo comércio?

É assim, por absurdo que pareça, que se está oficialmente resolvendo o *imbróglio* estabelecido desde que se tabelaram os preços em fevereiro de 1986, sem atentar para os erros cometidos desde então. A experiência em nada contribuiu para ensinar — se tivéssemos entre irracionais, ainda assim seria difícil entender tal comportamento, pois “gato escaldado tem medo de água fria”. No Executivo, não. Ali, depois de escaldados pela água fervente, os gatos voltam a rondar o fogão, esperançosos de que a mesma água lhes alivie a dor das queimaduras.

O noticiário de ontem é extremamente revelador das características do país em que vivemos assolado pelo desgoverno. Tentemos resumir-lo, para que os leitores não pensem que é má vontade o que nos move. Que se lê? Que o CIP autorizou reajustes de preços para diversos produtos e que nos *próximos dias* a Sunab divulgará portaria determinando o repasse nos preços de venda ao consumidor. *Resultado* — O comércio não poderá comprar, porque não sabe a quanto poderá vender e não deseja ficar à mercê da velha senhora.

O ministro da Fazenda anunciou reajustes para as matérias-primas empregadas na fabricação dos produtos que tiveram preços aumentados (basicamente, reajuste no aço, cobre e embalagem). Nota oficial de seu ministério informou, depois, que o reajuste dos demais setores industriais se encontra no CIP, devendo ter seus reajustes “autorizados proximamente”. *Resultado* — Quando se aumentar o preço do aço, do cobre e das embalagens, os fabricantes de eletrodomésticos talvez tenham o dissabor

de verificar que o aço subiu mais do que a indústria de transformação pode suportar ao atual nível de preços. Só os tolos fabricarão com prejuízo, pois não querem ficar sujeitos à velha senhora.

O ministro e os meios de comunicação social oficiais insistiram em que os preços aumentados trazem a contrapartida da trégua de 120 dias. O coordenador de Comunicação Social do Ministério da Fazenda diz que não se assinou acordo e que tudo é verbal. *Resultado* — Qualquer aumento de preço implica violação da palavra dada, ou não. Decida a Sunab.

O ministro do Trabalho deseja um salário mínimo perto (para menos ou para mais) de 1.500 cruzados (essa informação é antiga). O ministro da Fazenda é contra. O presidente vai decidir em breve. *Resultado* — Os empresários não sabem quanto vão aumentar seus custos, e a CUT e a CGT enviam sinais de fumaça, reunindo as tribos para outra greve geral. Pior, os empresários começam a temer que daqui para a frente os trabalhadores não queiram aumento de salário, mas só ganhos de produtividade — é que esses, o governo não deixa transferir para os preços, sejam ou não superiores aos aumentos da produtividade nacional, que ninguém sabe medir.

Diante disso tudo, cabe repetir a frase de Eça: esse reajuste de preços, apresentado como benemerência do Executivo para salvar as empresas privadas, resulta de estupidez córneia ou de má fé clínica? Respondam os empresários...

O desencontro que se registra entre os membros do Executivo — ministro com ministro, ministro com assessores de outro ministro, assessores com assessores — é de pasmar. Em última instância, faz temer que um dia os empresários e os trabalhadores não saibam mais quem tem poder para mandar publicar portarias ou decretos no *Diário Oficial*. Ninguém decide — e os representantes dos trabalhadores nessa curiosa reunião promovida pelo ministro Pazzianotto já começam a manifestar sua opinião: basta de o governo querer ser o *bonzi-*

*nho*, o árbitro; ele deve é sentar-se à mesa, arregaçar as mangas e discutir com os empresários e os líderes sindicais. Na verdade, o Executivo não quer assumir responsabilidades definitivas: é como o rapaz tímido, do Interior, que assedia a moça durante meses e, interpelado pelo pai desta, responde: *eu não sei bem o que quero; primeiro preciso saber se ela gosta de mim*. Comprometer-se, arriscando-se a ter de confessar ao futuro sogro quanto ganha e quanto gasta, a que família pertence e o que faz, isso não. Namorar, sim!

Esse é o retrato do Executivo, de corpo inteiro. Julga alguém que poderia ser diferente? Depois que o presidente da República foi à televisão e emocionado disse: *Não entendo de economia; meus assessores propuseram medidas contra o povo, que rejeitei* — depois disso, quem toma decisões? Só se for realmente estúpido é que se arriscará a dizer ao chefe do governo que não se podem aumentar preços no meio da cadeia produtiva e deixar para os “próximos dias” ou “para proximamente” o reestudo do que vem antes e do que vem depois. Na realidade, assim procedendo, com receio de perder *ibope* junto ao chefe do Executivo, ministros e auxiliares, postos a trabalhar contra o relógio, só poderão fixar os preços das matérias dos insumos muito aquém das necessidades da siderurgia, e os do comércio com margem de lucro que inviabiliza o negócio, mas dá cartaz à Sunab.

E a economia? Poucos estão preocupados com ela, no Executivo. Muito menos no PMDB, partido que teoricamente governa o Brasil. Como ninguém se preocupa com nada, todos antecipam iniciativas, para *dar serviço*; depois se estranha que os agentes econômicos antecipem ações, enquanto os empresários não vendem e os trabalhadores preparam greves.

Eça tinha razão. Como ninguém é estúpido nesse governo — afinal, são universitários laureados, ou empresários bem-sucedidos, afora políticos de grande vivência —, resta, desgrazadamente, a segunda proposição da alternativa. Ou haveria outra explicação: a de que são apenas incapazes?